

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O trabalho doméstico remunerado nas ciências sociais: o predomínio da perspectiva patronal

Brisa Batista da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17836>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O PREDOMÍNIO DA PERSPECTIVA PATRONAL

Brisa Batista da Silva¹
<https://orcid.org/0009-0003-5880-735X>
brisa.silva@unifesp.br
Unifesp, Guarulhos/SP, Brasil

RESUMO: Este artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado que examinou a bibliografia produzida especificamente sobre o trabalho doméstico remunerado, nas ciências sociais brasileiras (sociologia, antropologia e ciência política), durante os anos 1970, quando estes estudos começaram, ao ano 2000, quando mudanças mais intensas passaram a ser percebidas nesse setor. Buscou-se fazer um balanço crítico dessa literatura identificando-se quais as principais contribuições de seus estudiosos e estudiosas para a compreensão do fenômeno do emprego doméstico no Brasil, uma das ocupações mais antigas e também mais precarizadas. Foram encontradas cinco obras de maior fôlego (livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado), todas de autoria feminina. Ao comparar os discursos de patrões e trabalhadoras domésticas sobre o trabalho doméstico remunerado, a partir de um conjunto de fontes documentais, e os objetos de pesquisa das pesquisadoras referidas, observou-se que, malgrado elas tenham produzido valiosas contribuições para os estudos do trabalho doméstico remunerado, tecendo reflexões importantes para a compreensão do fenômeno, seus estudos esbarraram no que foi chamado aqui de perspectiva patronal. Os achados desta pesquisa sugerem a necessidade de se lançar um olhar mais atento à produção acadêmica das ciências sociais sobre o trabalho doméstico remunerado, de modo que os vieses possam ser trazidos à luz e devidamente escrutinados. Acredita-se que a maior diversidade social e racial nos quadros docentes e discentes das instituições acadêmicas esteja colaborando para o aumento da criticidade e, conseqüentemente, para o avanço do conhecimento no campo.

Palavras-chave: trabalho doméstico remunerado, emprego doméstico, serviço doméstico, ciências sociais brasileiras, mercado de serviços domésticos.

PAID DOMESTIC WORK IN THE SOCIAL SCIENCES: THE PREDOMINANCE OF THE EMPLOYER'S PERSPECTIVE

¹ Bacharel em ciências sociais pela USP e mestre em ciências sociais pela Unifesp/Guarulhos. A pesquisa que deu origem a este artigo contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

ABSTRACT: This article stems from my master's research, which examined the body of work produced specifically on paid domestic work within the Brazilian social sciences (sociology, anthropology, and political science) between the 1970s—when such studies began—and the year 2000, when significant changes in the sector became apparent. The study aimed to critically assess this literature by identifying the key contributions made by scholars toward understanding paid domestic employment in Brazil, one of the oldest yet most precarious occupations. Five major works (books, master's theses, and doctoral dissertations) were identified, all authored by women. By comparing the discourses of employers and domestic workers regarding paid domestic labor—drawing on a range of documentary sources—with the research foci of the scholars in question, it became evident that, despite their valuable contributions and important insights into the phenomenon, their studies were constrained by what is termed here the "employer perspective." The research findings suggest a need for closer scrutiny of academic output in the social sciences regarding paid domestic work, so that biases may be brought to light and properly examined. It is believed that greater social and racial diversity among the faculty and student bodies of academic institutions is fostering a more critical approach and, consequently, advancing knowledge in the field.

Keywords: Paid domestic work, domestic employment, domestic service, Brazilian social sciences, domestic services market.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado da minha dissertação de mestrado intitulada “O trabalho doméstico remunerado nas ciências sociais (1970-2000): o predomínio da perspectiva patronal” e visa apresentar os principais resultados ali contidos. Trata-se, assim, de um trabalho que sintetiza o texto da dissertação ao mesmo tempo que convida a leitora e o leitor à leitura do texto completo. Na investigação de mestrado propus-me a identificar como os cientistas sociais brasileiros analisaram, interpretaram e explicaram esse complexo fenômeno que são as relações sociais mediadas pelo trabalho doméstico remunerado em nosso país. Como explicaram as permanências dessas estruturas forjadas ainda no Brasil Colônia?

Ao iniciar minha pesquisa sobre o trabalho doméstico remunerado brasileiro, nas ciências sociais, deparei-me com o que me pareceu um olhar enviesado sobre o tema. Tendo diversos laços de parentesco com trabalhadoras domésticas e muitas delas no meu círculo de relações sociais, notava que muitos dos seus problemas laborais eram parecidos e recorrentes. Não obstante, a literatura especializada, nas ciências sociais, parecia debruçar-se muito mais sobre as inquietações das patroas e dos patrões domésticos, validando-as, do que sobre as das trabalhadoras. Apenas a partir dos anos 2010, encontrei discussões mais críticas na antropologia e na sociologia (Bernardino-Costa, 2015; Nogueira, 2021). Dessa forma, minha questão prioritária de investigação converteu-se em identificar se, de fato, havia um viés ideológico no campo desses estudos e, havendo ou não, demonstrar sua presença ou ausência.

Este se constituiu num exercício epistemológico importante porque os problemas sociais que são transformados em problemas de pesquisa não estão desvinculados da posição social e ideológica de quem produz o conhecimento. Perscrutar essa posição e torná-la transparente é de fundamental importância para o avanço do estado da arte no campo em que se insere o fenômeno social em questão e, conseqüentemente, para que avance o próprio conhecimento sobre a sociedade.

Para isso, o método utilizado para apurar a existência de vies ideológico consistiu em comparar os discursos das trabalhadoras domésticas e dos patrões e patroas, presentes em fontes como livros autobiográficos, manuais, artigos de opinião, ensaios, revistas e trabalhos acadêmicos, com os objetos de pesquisa dos cientistas sociais que estudaram o trabalho doméstico remunerado e as relações que este trabalho engendra. Em outras palavras, busquei responder a pergunta: o que, para as trabalhadoras domésticas e para os patrões, em suas relações com o trabalho doméstico remunerado, eram problemas dignos de atenção da sociedade e dos poderes públicos e o que os cientistas sociais elegeram como problemas de pesquisa, isto é, problemas que as ciências sociais poderiam analisar, interpretar e explicar?

O recorte temporal inicia-se nos anos 1970, porque, no âmbito das ciências sociais, foi nessa década que surgiram os primeiros estudos sistemáticos sobre as relações sociais estabelecidas pela prestação e consumo de serviços domésticos, e finaliza-se no ano 2000. Já no início do século XXI, as mudanças no perfil sociológico e demográfico das trabalhadoras domésticas, e talvez mesmo dos patrões, tornaram-se mais visíveis, o que ensejaria um estudo mais abrangente para incorporar teoricamente esses novos processos, o que fugia do escopo da pesquisa de mestrado.

Cinco obras acadêmicas inseridas no campo das ciências sociais², produzidas entre 1970 e 2000, por cientistas sociais brasileiras³ foram localizadas. São elas: “A visão de mundo da empregada doméstica”, dissertação de mestrado em sociologia, de Alda Britto da Motta, defendida em 1977, na Universidade Federal da Bahia. O livro “Emprego doméstico e capitalismo”, da socióloga paulista Heleieth Saffioti, publicado em 1978, resultado de uma abrangente investigação que promoveu na cidade paulista de Araraquara. “Trabalho doméstico e emprego doméstico: duas faces do “cativeiro” feminino - Donas de casa e empregadas domésticas em Fortaleza”, dissertação de mestrado em sociologia, de Zaira Ary Farias, defendida

² É importante destacar que não se ignora que o trabalho doméstico remunerado tenha sido objeto de estudo em outros campos disciplinares. Porém, o interesse aqui limitou-se às ciências sociais, entendidas como as disciplinas de sociologia, antropologia e ciência política, porque este é meu campo de atuação profissional..

³ Por serem as obras selecionadas para compor o *corpus* de análise todas de autoria feminina, daqui em diante, suas autoras serão sempre referidas no feminino.

em 1980, na Universidade Federal do Ceará. A tese de doutorado em antropologia social, de Suely Kofes, intitulada “Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas”, defendida em 1991, na Universidade de São Paulo, e publicada como livro em 2001. Por fim, a tese de doutorado em antropologia social, de Jurema Brites, intitulada “Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico”, defendida em 2000, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁴.

1. PROBLEMAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Quando ouvimos as vozes das trabalhadoras domésticas, a mensagem que sobressai é a afirmação de que são trabalhadoras dignas de respeito e merecedoras de direitos. Ao apontar os problemas que existem no trabalho doméstico remunerado, não os tratam como sendo intrínsecos a esse tipo de ocupação. Entender o trabalho doméstico como naturalmente desagradável, desprovido de valor e importância é uma atitude mais presente entre patrões e patroas, que atuam conscientemente ou não para que assim seja, que entre as trabalhadoras.

Assim, quando lemos o Diário de Bitita (1986) de Carolina Maria de Jesus, o que ela nos mostra é que o emprego doméstico era, para ela, uma fonte digna de sustento. Não obstante, a exploração excessiva, a inexistência de direitos, como o direito ao descanso, a recorrência do não recebimento do salário no prazo e no valor combinados, as acusações infundadas de roubo, as humilhações verbais e o repúdio à sua capacidade de ler eram alguns dos motivos que faziam Carolina Maria de Jesus trocar frequentemente de emprego. Quando encontrou um emprego doméstico de melhor qualidade, na casa de um dos maiores cardiologistas do Brasil, Euryclides Jesus Zerbini⁵, Carolina Maria de Jesus engravidou e foi dispensada sem qualquer amparo ou direito. Desempregada e com um filho pequeno para criar, a autora de “Quarto de despejo” mudou-se para a favela e passou a catar papel nas ruas de São Paulo para sustentar sua família⁶.

Francisca Souza da Silva foi uma mulher negra, migrante, trabalhadora doméstica, que também teve a oportunidade de narrar no livro “Ai de vós” (1983) sua trajetória de vida. Na obra, ela registra suas memórias desde quando migrou do interior do Rio de Janeiro para a capital, ainda criança, pressionada pela extrema pobreza, até a vida adulta, contexto em que continuava muito pobre. Francisca Souza da Silva começou a trabalhar como empregada doméstica ainda nos primeiros anos de sua adolescência, mas o trabalho excessivo e o constante assédio sexual dos patrões a expulsaram por um longo tempo da profissão, tornando-a vulnerável a outros tipos

⁴ No campo da ciência política não foram localizados trabalhos acadêmicos em acordo com os parâmetros estabelecidos, isto é, sobre o tema informado, produzidos entre 1970 e 2000, por autores brasileiros.

⁵ <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/membros-academicos/euryclides-de-jesus-zerbini/>. Acesso em: 22 maio 2026.

⁶ Ver: <https://revistapesquisa.fapesp.br/autora-multipla/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

de predatismo sexual. Estuprada na adolescência, Francisca viu-se obrigada a conviver maritalmente por um longo tempo com seu estuprador. Não obstante, sua juventude foi marcada por múltiplos relacionamentos íntimos com homens violentos, o que a manteve em duradoura condição de prisioneira dessas relações abusivas. Somente mais velha, mãe de filhos crescidos e avó, Francisca Souza da Silva pôde desvencilhar-se dessas relações e retornar ao trabalho doméstico, encontrando uma patroa que a ajudou a transformar sua história em livro. O prefácio da obra é assinado pela artista Ivna Mendes de Moraes Duvivier⁷ que, por alguma razão, não quis ser identificada como a patroa referida, mantendo uma distância formal da empregada ao dizer: “Este comovente relato resultou de conversas esporádicas com uma empregada, ocorrendo-me, daí, fazer com que ela própria escrevesse essas lembranças de sua vida” (Silva, 1983, p. 11).

Em 2019, foi publicado um livro intitulado “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, da historiadora e artista Preta-Rara, que reuniu, pela primeira vez no país, centenas de testemunhos de empregadas domésticas, dos seus filhos, filhas e demais pessoas relacionadas a elas por parentesco ou amizade. São relatos coletados em 2016 na rede social Facebook, denunciando, em sua maioria, terríveis experiências de violação de direitos humanos das empregadas domésticas em situação de trabalho, ocorridas em décadas anteriores, grande parte das quais, na segunda metade do século XX, ou seja, no período abarcado por esta pesquisa.

Trata-se de uma das maiores compilações de testemunhos pessoais de trabalhadoras domésticas, cuja maior parte gira em torno das experiências de violências física, psicológica, sexual, racial, moral, além da normal violação dos direitos trabalhistas praticada pelos patrões. Em meio aos inúmeros relatos coligidos pela historiadora, há descrições detalhadas de cárcere privado, imposição de situações humilhantes ou vexatórias, assédio sexual, estupro, discriminação na qualidade e quantidade dos alimentos fornecidos, condições desumanas e insalubres de acomodação, retenção de salários, pagamentos em formas de mercadorias, muitas vezes já usadas, quando o acordado era o pagamento em dinheiro, agressões físicas, insultos, trabalho infantil e dispensa do trabalho sem direitos motivada por velhice, doença e gravidez, por exemplo. Os relatos colhidos em 2016 evidenciam que não sarou e ainda dói a ferida aberta pelo modo como o trabalho doméstico é normalmente explorado na sociedade brasileira.

Entre as trabalhadoras domésticas que se tornaram sindicalistas, o nome de maior destaque é, sem dúvida, o de Laudelina de Campos Melo, responsável por criar a primeira

⁷ Em postagem no Instagram, de 27/12/2018, o famoso ator e comediante brasileiro Gregório Duvivier refere-se a Ivna Duvivier como sua avó. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Br47EB2j6LL/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

associação profissional de trabalhadoras domésticas do Brasil, em 1936, cujo objetivo na ocasião era pressionar o então governo de Getúlio Vargas a incluir a categoria doméstica na Consolidação das Leis Trabalhistas. Desde então, a sindicalista, militante dos movimentos negro e de esquerda, dedicou sua vida à luta das trabalhadoras domésticas pelo direito à sindicalização e ao consequente acesso aos direitos trabalhistas e a condições dignas de trabalho (Pinto, 1993).

Laudelina de Campos Melo advogou pelos direitos das trabalhadoras domésticas em todas as instâncias políticas de que participou. Em um trecho da dissertação de mestrado de Elisabete Pinto, a grande sindicalista relembra as dificuldades para reunir até mesmo as colegas de profissão mais dispostas na formação da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Campinas, no início da década de 1960, devido à super exploração dos seus patrões (Pinto, 1993, p. 384-85).

Amábile Silva do Nascimento também foi uma mulher negra, migrante, que trabalhou como empregada doméstica por décadas, tornando-se presidente da Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo, entre 1970 e 1972. Tendo sido alfabetizada pelo MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), usou a pouca alfabetização recebida para manter um caderno de anotações que, ao fim do seu mandato sindical, foi publicado como livro, intitulado “Doméstica: atavismo social (paternalismo x manha)”, pela Editora Programática. O livro da sindicalista milita pelas trabalhadoras domésticas ao mesmo tempo que traz aspectos de sua experiência pessoal como trabalhadora doméstica. Nele, ela defende a profissão e exorta suas colegas a aderirem à luta: “Domésticas, acordem! É necessário despertar para que nossas consciências funcionem em conjunto, na preocupação de uma regulamentação profissional, de âmbito nacional, pois este problema é comum a todas as domésticas” (Nascimento, 1972, p. 7).

É interessante notar, contra todo discurso patronal e mesmo acadêmico em contrário, a firme convicção de Amábile Silva do Nascimento na definição do conceito de empregada doméstica mensalista segundo o qual o serviço prestado por esta profissional tem tanto valor social quanto o trabalho realizado pelo operário, merecendo, portanto, a mesma proteção legal (Ibidem, p. 30-31).

O discurso de Amábile Silva do Nascimento sobre o trabalho doméstico e de cuidados, demarcando seu imenso valor social, está mais de 40 anos adiantado em relação às teorias do trabalho de cuidado, que enfatizam a importância social dessa atividade, mas que só passaram a ser discutidas por pesquisadores acadêmicos e formuladores de políticas públicas no Brasil nessa chave a partir da década de 2010 (Batthyány, 2020; Guimarães e Hirata, 2020).

Seu livro é um nítido exemplo de que têm sido as próprias trabalhadoras domésticas as que mais aguerridamente lutaram (e ainda lutam) para que o conceito patriarcal sobre esse

trabalho seja substituído pelo conceito que as próprias trabalhadoras lhe atribuem, recebendo o merecido valor e reconhecimento social.

Ainda entre as que tiveram suas lembranças e experiências publicadas em livro, há Lenira de Carvalho, mulher negra, migrante rural do interior de Alagoas, que se tornou uma das principais lideranças sindicais das trabalhadoras domésticas do Recife e do Brasil. Em seu livro intitulado “A luta que me fez crescer”, escrito com o apoio da psicóloga alemã Cornelia Parisius, Lenira de Carvalho traz relatos pessoais e de outras trabalhadoras domésticas, produzindo uma narrativa que, em grande parte, expressa a experiência coletiva da categoria (Carvalho, 2000).

Ela narra que, ainda muito nova, foi levada pelo padrinho para ser babá de sua filha em Recife. Nessa ocasião, fora submetida a extenuantes jornadas de trabalho e a uma forte limitação da sua liberdade. Seus padrinhos omitiam-lhe informações sensíveis, como o falecimento de sua irmã, a fim de evitar que ela abandonasse o emprego. Lenira conta que a rotina intensa de trabalho e o isolamento social deterioraram gravemente sua saúde mental (Ibidem, p. 46).

Sem embargo, mais tarde, encontrou na Igreja Católica um espaço de sociabilidade e, por meio da Juventude Operária Católica (JOC), a pode acessar a luta sindical. Ela lembra que participou do primeiro congresso da categoria em 1968, em São Paulo. A partir de então, a luta por direitos ficou mais organizada, provocando uma forte reação do patronato doméstico (Ibidem, p. 84).

No meio intelectual, além do trabalho de Elisabete Aparecida Pinto (1993), onde se pode ouvir em alto e bom som a voz das trabalhadoras domésticas, a cientista social Lélia González e a historiadora Beatriz Nascimento foram duas proeminentes porta-vozes das mulheres negras, dentre elas, as trabalhadoras domésticas. Em diversos artigos, González (2018) e Nascimento (2018) analisaram a condição da mulher negra destacando a fusão do racismo e do sexismo como os principais mecanismos de manutenção das mulheres negras em uma condição de vulnerabilidade e precariedade ainda maior que a dos demais grupos vulnerabilizados por sua condição de raça ou gênero.

De fato, o movimento social que mais consistentemente apoiou a luta das trabalhadoras domésticas, amplificando na medida do possível suas vozes, foi o movimento negro, desde a década de 1940, por meio do Teatro Experimental do Negro, por exemplo, e por ativistas como Abdias do Nascimento (Nascimento, 2004).

O que se depreende dos relatos das trabalhadoras domésticas, tanto das não sindicalistas quanto das sindicalistas, é que o emprego doméstico era uma forma de trabalho digna e valorosa, pela qual valia a pena lutar. Eram, porém, as práticas racistas, misóginas e classistas da parte dos

patrões que tornavam essa ocupação hostil à trabalhadora. A experiência amarga comum a tantas trabalhadoras domésticas indicam que o contexto que a produz é de ordem estrutural (e não a expressão da mera individualidade dos empregadores). Sua luta sindical aguerrida e histórica mostra que uma parcela importante delas têm escolhido a luta coletiva por direitos, reconhecimento e valorização, alterando, com isso, a própria estrutura social.

2. PROBLEMAS DE PATRÕES E PATROAS

Os discursos patronais sugerem que as relações com os trabalhadores domésticos eram problemáticas também para os patrões e patroas. A dependência do serviço doméstico prestado pela população empobrecida, por vezes, gerava-lhes inúmeros dissabores. As vozes patronais, contudo, tinham melhores e maiores canais de expressão. Uma vez que a condição de patrão e patroa doméstica está fortemente atrelada à renda pessoal e familiar⁸ e que esta identidade em geral está oculta sob as demais identidades públicas, patrões domésticos serão encontrados em todas as instituições de poder e prestígio⁹. Dessa maneira, o apelo político a essa cripto identidade (de patrão/patroa) era um trunfo do patronato doméstico militante que os trabalhadores domésticos não possuíam.

Tendo isso em vista, um dos maiores medos do patronato doméstico, especialmente no pós-Abolição, foi não ter disponíveis pessoas interessadas em prestar ‘bons’ serviços domésticos. O medo de não ter disponibilidade de serviçais, de não tê-los suficientemente servis, dóceis, leais e dispostos a realizar todo o serviço doméstico foi um dos pontos centrais do descontentamento patronal (Duarte, 1992, Damasceno, 2013; Costa, 2013; Souza, 2017; Peçanha, 2019, entre outros).

Em 1902, Vera Cleser publicava o seu “Lar doméstico: conselhos para boa direção de uma casa”, ensinando as donas de casa das classes elevadas sobre como exercer com excelência a direção do lar. Nesse manual, ela manifesta o sentimento patronal doméstico quanto aos efeitos da abolição da escravidão no comportamento dos trabalhadores:

Do extremo norte ao extremo sul deste imenso país ouço a respeito de empregados somente uma opinião, uma queixa: “Não achamos criadas e as raras que encontramos servem mal”. Infelizmente é verdade isto; o crescente mal da vaidade e da presunção e a razão da preguiça, da distração, da infidelidade das criadas. Com a crescente tendência para o socialismo, por conseguinte para a oposição aos amos, tem uma senhora prática e de certa idade sérias dificuldades a vencer na lide com sua criada, quanto mais uma jovem dona de casa sem experiência! (Cleser, 1902, p. 227).

A trabalhosa estrutura doméstica erigida durante a escravidão não havia desaparecido com a Abolição. A casa burguesa, para funcionar, ainda demandava muito trabalho doméstico,

⁸ Quanto maior a renda, maior a probabilidade do indivíduo ser um patrão ou uma patroa doméstica (Saffioti, 1978, Farias, 1983; Kofes, 2001).

⁹ Conforme Saffioti demonstrou, todas as pessoas entrevistadas com renda superior a 8 salários mínimos per capita possuíam empregadas domésticas, portanto, eram patrões domésticos (Saffioti, 1978, p. 149).

funcionamento esse cuja responsabilidade era da dona de casa, que se exasperava ante a ‘falta de bons empregados’. Assim, é ilustrativa a crônica “Por quê?” publicada em 1906 na coleção de escritos intitulada “O livro de donas e donzelas”, de autoria da escritora brasileira Julia Lopes de Almeida. Nesta crônica, a autora comenta o suicídio de Amanda Augusta Fernandes, que deixara uma carta alegando que se matara por não suportar os empregados: “Morro porque não posso suportar [meus] empregados” (...)(Almeida, 1906, p. 63)¹⁰.

Pouco mais de 60 anos depois, a dramaturga Inez Barros de Almeida publica uma espécie de manual cômico dirigido a outras patroas. Trata-se de uma importante obra para os estudos do trabalho doméstico remunerado porque Inez Barros de Almeida expõe com a franqueza e segurança de quem fala entre amigos íntimos sobre os fundamentos muito pouco modernos da existência do emprego doméstico no Brasil. Almeida justifica sua tranquilidade ao falar abertamente das “criadas”: “Delas podemos falar à vontade porque não sindicalizadas, nem catalogadas, nem alfabetizadas, fato indiscutivelmente importante para a segurança das patroas (Almeida, 1969, p. 12-13).

Ao problema do medo de não conseguir empregadas, sempre presente entre as patroas domésticas, Almeida responde solidária e debochadamente, passando ao largo do politicamente correto:

Na relação patroa-empregada está o fundamento da família brasileira, em alguns casos, mais do que Lei, mais do que a Religião, mais do que a situação econômica. Cada casal que se une, depois de um teto onde morar, procura uma empregada. Ela faz parte de uma estrutura social, de um clima emocional. As situações deficitárias nos apavoram. Citamos com verdadeira náusea a vida dura de países industrializados onde não existem patroas porque não existem empregadas. Esta injustiça social, felizmente, não ocorre entre nós. E não ocorrerá por muitos decênios, com a proteção dos governos celestes e terrestres. Por mais que se divulguem boatos alarmistas, que ondas de pessimismo soem de quando em quando, nós, donas de casa, estamos protegidas pelo analfabetismo, pela pobreza, pela assistência social deficiente e pela lentidão do progresso industrial. Se assim não fosse, estaríamos com as nossas vidas arruinadas, a nossa segurança doméstica desmoronada (Almeida, 1969, p. 13).

Assim como Almeida, no que diz respeito à escassez de empregadas domésticas, Tania Kaufmann apazigua suas colegas afirmando que, enquanto a atual estrutura socioeconômica não se modificar, as patroas poderão contar com a oferta ampla, constante e barata de serviços domésticos por muito tempo (Kaufmann, 1975, p. 20). Portanto, todo o seu esforço subsequente, no manual que dirige a outras patroas, passa a girar em torno da busca pela “qualidade” dos serviços domésticos. Citando uma jornalista do período, Tania Kaufmann diz:

“Grande parte das serviçais que se apresentam nas nossas portas não têm as mais rudimentares noções da profissão que pretendem exercer. São um festival de incompetência que as patroas, com maior ou menor paciência, maior ou menor habilidade, têm que domesticar, às vezes domar como um bicho bravo” (Kaufmann, 1975, p. 22, aspas no original).

¹⁰ A forma de retratar os empregados domésticos nas obras de Julia Lopes de Almeida e também de Inez Barros de Almeida (1969), Tania Kaufmann (1975), entre outras, foi brilhantemente analisada por Sonia Roncador (2008).

Assim como as demais patroas-escritoras, Kaufmann, segura de que fala entre aliadas, oferece dicas visando diminuir a hostilidade da empregada doméstica, pois não se poderia esquecer que “na base de todo esse problema de relacionamento, existe uma fundamental luta de classes” (Ibidem, p. 51).

Em relação a Clarice Lispector, Sonia Roncador aponta a presença das trabalhadoras domésticas nas mais diversas facetas da atividade literária da escritora, destacando em sua produção para as colunas das páginas femininas de três distintos jornais que:

Correspondendo às expectativas da imprensa feminina do pós-guerra, e escudada por diversos pseudônimos, Lispector se utiliza dos estereótipos da doméstica dispendiosa, ineficiente, preguiçosa, perigosa, vulgar e fisicamente degradada pelo serviço braçal, para revalidar o “culto à domesticidade” da moda e da beleza. (...) esses estereótipos passam a ser utilizados não tanto para revalidar o mito da “mulher doméstica”, mas, principalmente, para invalidar os direitos trabalhistas conquistados pelas empregadas (Roncador, 2008, p. 139).

Para Roncador, a representação das trabalhadoras domésticas na literatura brasileira “(...) esteve menos a serviço de uma práxis política a favor das domésticas que da necessidade do escritor (...) (Ibidem, p. 9).

Até aqui, ressaltamos a ação das patroas que se organizavam e trocavam experiências entre si a fim de assegurar o maior controle das trabalhadoras. A partir daqui, veremos a ação dos patrões, com alcance social muito mais amplo. Eles se manifestarão em jornais de grande circulação, em revistas lidas por autoridades e através de relatórios institucionais.

Assim, do escritor, jornalista e teatrólogo João do Rio (Paulo Barreto), a historiadora do serviço doméstico, Flavia Fernandes Souza, pôs em relevo, as queixas públicas contra os trabalhadores domésticos, as quais deixam nítida a profunda dependência da classe patronal a essa categoria de trabalhadores, visto que, se pudesse livrar-se de tão ‘perniciosos’ tipos, o faria:

Há, cada vez mais grave, entre nós, a crise dos bons criados. É uma crise como outra qualquer, e terrível para quem precisa conservar certa linha social na sua residência. Não há servidores domésticos nem mesmo regulares. Os cozinheiros são atrozes, as cozinheiras são indescritíveis, os copeiros ignoram por completo o seu ofício, as damas de companhia, as mucamas, as criadas de quarto não têm qualitativos quanto ao cumprimento de sua obrigação. Ha, porém, mais. Cozinheiras e cozinheiros são bêbados e ladrões, copeiros são gatunos, denunciadores, criminosos vulgares, a criadagem feminina participa de todos os vícios e de todos os desequilíbrios (Rio, 1911, p. 105 *apud* Souza, 2017, p. 340).

O escritor declara que o estímulo para a redação da crônica intitulada “A crise dos criados” adveio de um bilhete que recebeu de uma dona de casa (Rio, 1911, p. 99). Evidencia, assim, que as patroas domésticas mobilizavam estrategicamente seu capital social e cultural para sensibilizar a sociedade e os poderes públicos para o problema da falta de bons empregados que enfrentavam.

Nessa linha, Flavia Fernandes Souza faz menção a um trecho de uma carta dirigida ao prefeito da capital, escrita por um autor identificado como T.C., publicada no Jornal A notícia, em dezembro de 1909, detalhando o drama e a forte exasperação da classe patronal doméstica ante ao que percebiam como uma escassez de trabalhadores domésticos confiáveis, humildes e resignados (T.C. Cartas ao prefeito *Apud* Souza, 2017, p. 357-358).

Em 1944, a revista da polícia civil de São Paulo reproduzia o artigo de Mário Guastini, então diretor geral interino do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, intitulado “O problema ancilar”, o qual já havia sido publicado em 1943 no Jornal O Estado de S. Paulo¹¹, em que diz:

Estão assim os patrões à mercê de envenenadores, de ladrões e sanguinários. Entre nós mesmos, não faz muito, verificou-se, no curto espaço de meses, o assassinio de duas senhoras, eliminadas por criados de servir. E contra isso não havia defesa preventiva por não existir serviço regular e obrigatório em condições de garantir as donas de casa contra a criadagem. Se para exercer alguém sua profissão é obrigado a apresentar uma dúzia de documentos, dentro deles o de antecedentes, por que não submeter os domésticos ao mesmo regime? (REGISTRO DOS, 1944, p. 419) (Ferla, 2011, p. 7).

Em abril de 1953, O Estado de S. Paulo publica no seu suplemento comercial e industrial – portanto em área destinada aos homens de negócios – um artigo de página inteira intitulado: “O trabalho doméstico nos Estados Unidos”¹². Ao declarar que a escassez de empregadas domésticas era um problema universal (portanto, também dos brasileiros), manifestando uma nítida defesa da intervenção do estado nesse mercado para garantir a ampliação, a estabilidade e a qualidade da oferta de serviços domésticos, o jornal evidenciava sua perspectiva patronal doméstica na enunciação do problema.

Em síntese, observamos que as relações entre trabalhadoras domésticas e patrões apresentavam os mesmos problemas que as de quaisquer outras relações trabalhistas, porém com o agravante (para as trabalhadoras domésticas) de se darem na intimidade do lar. Desse modo, enquanto as trabalhadoras exigiam do Estado proteção para limitar o poder dos patrões de explorar seu trabalho e submetê-las a condições trabalhistas desumanas e indignas, o patronato também dirigia aos poderes públicos um apelo para que garantissem oferta ampla, barata e segura¹³ de serviços domésticos. A violenta expulsão de milhões de trabalhadores rurais do campo, ao longo do século XX, e a decisão política de sucessivos governos de mantê-los social e economicamente desprotegidos demonstram que o polo patronal teve suas demandas plenamente atendidas. Durante a fase de industrialização do Brasil, entre meados da década de 1950 e 1970, a

¹¹ GUASTINI, Mário. O problema ancilar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 69, núm. 22.618, 03 jun. 1943, p.3.

¹² O TRABALHO doméstico nos Estados Unidos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 5, núm. 51, 24 abr. 1953, p. 12.

¹³ Muitas vezes o patronato confundiu prestadoras de serviços domésticos confiáveis com prestadoras de serviços domésticos dóceis, resignadas e conformadas com a ausência de direitos e respeito.

classe patronal triunfava absoluta sobre a classe laboral doméstica. Essa correlação de forças ainda hoje é bastante desfavorável às trabalhadoras, conforme indicam todos os relatórios sobre o trabalho doméstico remunerado, mas observou melhoras sutis a partir da prolongada crise econômica que se aprofundou na década de 1980.

3. PROBLEMAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Considerando-se que o pomo da discórdia entre patrões e trabalhadoras domésticas consistia em determinar quem ditaria as regras no mercado de serviços domésticos e que a obtenção de direitos trabalhistas fazia a balança pender para as trabalhadoras e a manutenção da desproteção laboral fazia pender para o lado dos patrões, foi exatamente esse ponto o mais observado nas obras selecionadas para compor o *corpus* de análise. Com efeito, das cinco obras, quatro apresentaram argumentações no sentido de validar a exclusão das trabalhadoras domésticas da proteção garantida pela Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) ou, acriticamente, fizeram das inquietações do patronato seu objeto de investigação, validando-o e justificando-o.

3.1. A visão de mundo da empregada doméstica

Alda Britto da Motta quis saber “quais as condições sociais (e, portanto, quais as condições de elaboração de uma visão de mundo) da empregada doméstica na sociedade brasileira” (Motta, 1977, p. 41). Quem elas eram? Como pensavam? Com o que sonhavam? Essas foram algumas das questões centrais que orientaram a pesquisa de mestrado da socióloga, intitulada “Visão de mundo da empregada doméstica”, defendida em 1977, a qual, com esse objetivo, reuniu uma quantidade relevante de dados qualitativos e quantitativos sobre as trabalhadoras domésticas da capital baiana.

É importante ressaltar que as relações entre patrões e empregadas, no momento em que Motta pesquisava, ocorriam em contexto de grande preconceito e discriminação contra os afrodescendentes e também contra os mais pobres, grande parte deles oriundos do meio rural, ambiente culturalmente muito distinto do meio urbano. Assim, um dos problemas recorrentes do patronato doméstico consistia justamente na dificuldade de compreender o comportamento das trabalhadoras, que era, por isso, tachado de irracional, supersticioso e ignorante.

A pesquisa de Motta pareceu responder principalmente à inquietação patronal doméstica com o *turnover* das empregadas. Apontar as raízes efetivas desse comportamento certamente teria contribuído para ampliar a compreensão da sociedade sobre o fenômeno. Porém, ao concluir que os conflitos entre patrões e trabalhadoras domésticas deviam-se ao “atraso cultural” apenas das trabalhadoras domésticas, ignorando as condições objetivas de vida dos dois grupos, bem como

seu contexto histórico, a pesquisa de mestrado de Motta serviu mais para ratificar os preconceitos patronais sobre as trabalhadoras domésticas que elucidar os valores que guiavam as ações de um e de outro grupo.

3.2. Emprego doméstico e capitalismo

Heleieth Saffioti quis situar o emprego doméstico em relação ao sistema capitalista, formulando as seguintes questões: qual era sua importância para o capitalismo? Como o emprego doméstico se articula com esse sistema de produção? Produz valor? Produz mais-valia? Sua investigação se desenrola em meio a um debate sobre direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas em que as trabalhadoras já haviam ganhado adesões mesmo entre membros da elite¹⁴. Saffioti, porém, escudando-se em Marx, atesta, sem esforçar-se em apresentar contrapontos, que, sob o ponto de vista do capital, o trabalho doméstico remunerado era improdutivo e não capitalista (1978, p. 195).

Declara também que a exploração presente no emprego doméstico era “diferente” da exploração capitalista, o que, no contexto do debate, era facilmente interpretado como menos danoso: “As empregadas não são, pois, alvo de exploração da mesma forma como o são os trabalhadores capitalistas (1978, p. 196). Saffioti chega, assim, na década de 1970, à mesma conclusão que os elaboradores da CLT chegaram na década de 1940: que o trabalho doméstico era uma atividade não capitalista e improdutiva porque “não contribuía para o lucro do capital, e, por isso, caberia regular a atividade separadamente” (Marques, 2020, p. 214).

A historiadora Deyse Vieira Quinto foi uma das historiadoras do trabalho doméstico remunerado que notou as consequências políticas negativas do livro de Saffioti para a luta das trabalhadoras domésticas por direitos:

Mais curioso ainda é pensar que a publicação do livro [Emprego doméstico e capitalismo] ocorre no período em que as associações de domésticas brasileiras há anos reivindicavam-se como profissionais e como parte da classe trabalhadora perante o Estado, sindicatos e movimentos sociais. Momento esse em que a classificação conceitual do trabalho doméstico era relevante no debate público nacional, com uma importância política fundamental à luta das trabalhadoras domésticas por cidadania já que era com base na definição conceitual - dizia-lhe não-econômico - que o Estado lhes negava direitos trabalhistas (Quinto, 2022, p. 46-47).

Embora Saffioti tenha expressamente negado que estivesse justificando os baixos salários das empregadas domésticas, ela ecoou os argumentos patronais ao afirmar que os salários delas eram baixos porque recebiam alimentação no local de trabalho, e muitas delas residiam na casa dos patrões (1978, p. 49). No entanto, em nenhum momento questionou-se sobre a qualidade

¹⁴ Cf. referência à notícia do jornal O Estado de S. Paulo, de 06 de maio de 1970.

dessas ‘comodidades’, pressupondo que eram, majoritariamente, satisfatórias para as trabalhadoras.

Saffioti abordou muitos assuntos relacionados ao trabalho doméstico e às relações entre patroas e empregadas. Produziu informações relevantes para a área de pesquisa. Todavia, no conflito mais fundamental, a extensão dos direitos da CLT para as empregadas domésticas, ficou nítido seu olhar empático e condescendente com a categoria patronal em detrimento das trabalhadoras domésticas.

3.4. Trabalho doméstico e emprego doméstico: duas faces do “cativeiro” feminino - Donas de casa e empregadas domésticas em Fortaleza

Zaira Ary Farias foi uma das cientistas sociais brasileiras que empenhou-se bastante para compreender o complexo fenômeno do trabalho doméstico remunerado no Brasil em suas múltiplas nuances: econômica, regional, social e de gênero. Grande parte do valor de sua dissertação de mestrado consiste justamente nas importantes questões que ela elaborou para o campo dos estudos do serviço doméstico, a maior parte delas ainda relevantes embora ainda não respondidas (e sequer devidamente discutidas).

Farias buscou compreender, por exemplo, em que medida as desigualdades sociais produziam a figura da empregada doméstica como instrumento de hierarquia entre as mulheres, ao mesmo tempo que aprofundava tais desigualdades (Farias, 1980, p. 34). Quis saber qual era a natureza da relação entre patroas e empregadas domésticas e as representações ideológicas que a posição na estrutura doméstica de trabalho (trabalho gerencial ou o trabalho físico) produziam (Ibidem, p.34). Tentou identificar o que havia de peculiar no trabalho doméstico e como essa peculiaridade afetava o status social das mulheres (Ibidem, p. 136). Perguntou-se sobre a relação entre o (des)valor social do trabalho doméstico e o (des)valor social das mulheres enquanto grupo (Ibidem, p.136). A cientista social também questionou se o movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho, mediante sua substituição em casa por outras mulheres, representou, de fato, uma mudança na divisão sexual do trabalho, e se realmente proporcionou a chamada emancipação feminina (Ibidem, p. 143). Indagou se o serviço doméstico era mesmo imprescindível para o funcionamento da sociedade e, se sim, por que tinha de ser realizado em casa e por mulheres (Ibidem, p. 152). Ela ainda perquiriu, por fim, como a divisão sexual do trabalho se renovava no dia a dia (Lo. Cit.).

Farias não respondeu a todas as perguntas que elaborou. Entretanto, reconheceu as problemáticas vividas pelas trabalhadoras domésticas sem minimizá-las, justificá-las ou responsabilizar as próprias trabalhadoras por elas. Reconheceu a desigualdade política e

econômica das trabalhadoras domésticas frente aos patrões, posicionando-se eticamente na situação, mas reconheceu também que tais problemáticas esavam intrinsecamente relacionadas à própria condição da mulher na sociedade, condição essa que as patroas compartilham, malgrado sua condição de classe a atenua, especialmente mediante o acesso ao serviço doméstico barato das mulheres pobres.

3.5. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas

Em diálogo com os movimentos feministas da época, que exortavam todas as mulheres a lutarem por pautas que seriam comuns, Suely Kofes indagou-se se as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres, deveriam mesmo identificar-se politicamente entre si. E, se sim, como explicar a relação patroa-empregada: não seria essa relação entre mulheres na esfera doméstica onde todas as mulheres são instadas socialmente a cumprir papéis de gênero, um lugar privilegiado para demonstrar como elas (não) se identificam, como se diferenciam e se desigualam? Assim como Farias (1980), mas por caminhos diferentes, Kofes buscou entender a relação entre patroas e empregadas, e o papel da domesticidade nessa relação.

Kofes opõe-se de maneira sutil e indireta aos setores do movimento feminista que proclamam a existência de uma luta comum a todas as mulheres enquanto mulheres, admitindo as diferenças nesse grupo, que são muitas e profundas, como fatores impeditivos de referida causa/identidade comum. A antropóloga dedica-se, assim, a tentar demonstrar que a condição biológica não gera qualquer identificação política natural entre as mulheres¹⁵ e a relação entre patroas e empregadas seria uma das maiores demonstrações disso.

Além disso, (assim como Brites, conforme veremos) dá atenção especial à questão do roubo (praticado pela empregada) como característica essencial da relação de trabalho doméstico (Kofes, 2001, p. 49).

Entende-se, assim, que buscar demonstrar que as mulheres não possuem uma identificação natural entre si ou que o roubo supostamente praticado pelas trabalhadoras é parte integrante das relações mediadas pelo trabalho doméstico remunerado são questões que dizem muito mais respeito às inquietações patronais que às das trabalhadoras domésticas.

¹⁵ É interessante ponderar que tanto não há identificação natural entre as mulheres pelo simples fato de serem mulheres que foi necessário criar os movimentos feministas, os quais necessitam mobilizar grandes esforços para convencer as mulheres a aderir suas causas.

3.6. Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico

Jurema Brites realizou sua pesquisa no fim da década de 1990, em um contexto social e econômico mais parecido ao de Kofes, mas bastante diferente do de Motta e Saffioti. Nesse momento, já era evidente o declínio do número de trabalhadoras domésticas que moravam no emprego (Melo, 1998, p. 11). De fato, as trabalhadoras domésticas da amostra de Brites residiam em suas próprias casas, embora em habitações precárias situadas nas regiões periféricas da cidade ou da região metropolitana, cuja ocupação do território havia se dado de maneira irregular, havendo, assim, precário atendimento dos serviços urbanos básicos. Um dos resultados decorrentes do fato da trabalhadora doméstica passar a morar em sua própria casa foi o aumento da dificuldade dos patrões exercerem controle sobre elas e ao mesmo tempo exercerem outras atividades fora do lar. Essa situação parece ter aumentado a sensação de vulnerabilidade do patronato doméstico e o tema “roubo”, “astúcia da trabalhadora doméstica” e sua “atitude estratégica” diante dessa ocupação passam a substituir a percepção predominante na década de 1970 de que elas eram ingênuas, ignorantes e portadoras de uma mentalidade pré-moderna.

Tendo em vista este cenário, a antropóloga gaúcha propôs-se a investigar as relações entre as trabalhadoras domésticas e seus patrões e os artifícios que estas usavam individualmente para lidar com as dificuldades estruturais da profissão (Brites, 2000, p. 18). Grande ênfase será dada aos benefícios auferidos pela trabalhadora nessa ocupação, especialmente quando ela mobiliza sua capacidade de manipular os códigos culturais para extrair vantagens dos patrões. Os patrões, por seu turno, serão referidos muitas vezes como uma espécie de vítima da “astúcia excessiva” das trabalhadoras.

Brites afirma que sua tese foi desenvolvida enfatizando-se o ponto de vista das empregadas (Ibidem, p. 13). E etnografando sua própria empregada e a família dela (Ibidem, p. 34-35), coletou dados sobre os quais concluiu que as trabalhadoras domésticas veem mais vantagens nas relações paternalistas de trabalho do que nas relações mediadas por contratos formais (Ibidem, p. 212).

Quanto à questão do roubo, a Antropóloga concluiu, apesar da falta de comprovações inquestionáveis, que todas as empregadas domésticas roubam ou furtam seus patrões¹⁶ (Ibidem, p. 194), que o roubo seria parte constitutiva das relações de trabalho doméstico e uma forma de comunicação das trabalhadoras (Ibidem, p. 126).

¹⁶ É importante lembrar que as trabalhadoras domésticas são muito estigmatizadas pela suspeita de serem ladras contumazes, o que tem, historicamente, servido de pretexto aos patrões para praticar todo tipo de abusos e violências contra elas, conforme ilustra o relato de Carolina Maria de Jesus e vários dos contidos no livro “Eu, empregada doméstica” (Preta-Rara, 2019).

É difícil perceber como Brites silenciou a patroa dentro de si para dar voz às trabalhadoras domésticas que observou. Um peculiar enfoque dado às estratégias de sobrevivência aos baixos salários e falta de amparo social das trabalhadoras lhe facultou a conveniente conclusão de que são as trabalhadoras domésticas, e não os patrões, que desejam a manutenção do *status quo*, isto é, que trabalhadoras e patrões continuem se entendendo no plano individual sem intervenções do Estado, pois isso, na opinião das trabalhadoras, seria melhor para elas próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propus-me a evidenciar os principais resultados de minha pesquisa de mestrado, a qual buscou demonstrar se havia ou não a ocorrência de vieses ideológicos na produção acadêmica das ciências sociais brasileiras sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, entre os anos de 1970 e 2000. Para isso, analisei os discursos tanto de trabalhadoras domésticas quanto de patrões e patroas domésticas presentes em fontes variadas (manuais, livros autobiográficos, artigos de jornal, revistas e obras acadêmicas). Desses documentos, depreendeu-se que ambos os grupos buscaram apoio do Estado e da sociedade em seu enfrentamento recíproco, traçando estratégias discursivas. As trabalhadoras domésticas defenderam o direito à isonomia com os demais trabalhadores protegidos pela CLT e o patronato, além de negar a isonomia, demandou proteção estatal ao que acreditava ser seu direito inalienável aos serviços domésticos prestados pelas mulheres pobres (Farias, 1980). Dado o maior acesso do patronato doméstico aos meios para se fazer ouvido, o Estado garantiu grande parte de sua demanda, seja através das políticas públicas e econômicas que provocaram a imigração em massa da população rural para as cidades, seja pela escolha de manter essa população migrante desprotegida tanto econômica quanto socialmente.

As obras do *corpus* selecionado aportaram importantes dados sobre trabalhadoras domésticas e patrões e patroas, possibilitando a ampliação do conhecimento das relações mediadas por esse trabalho. Contudo, os aspectos das relações sociais travadas em torno do trabalho doméstico que se tornaram problema de pesquisa, em quatro das cinco obras, estavam mais afinadas com as preocupações e angústias do patronato doméstico do que com os dilemas das trabalhadoras, tendo sido validadas e justificadas academicamente.

Acredita-se que o viés patronal doméstico nas obras do *corpus* deve-se, em grande medida, à escassez de diversidade ideológica no âmbito acadêmico, provocada pela então diminuta diversidade social e racial. Lembremos que há até poucos anos deste século, quase não existiam no corpo docente e discente das instituições acadêmicas pessoas negras e oriundas dos grupos

sociais fornecedores de serviços domésticos ao mercado. A grande maioria dos cientistas sociais eram pessoas brancas oriundas das classes médias e altas. Portanto, dos grupos sociais que mais consomem serviços domésticos pagos. O debate, assim, dava-se com pouca ou nenhuma crítica real. Daí a importância de estudos como o que acabo de apresentar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

A autora declara que não usou ferramentas de inteligência artificial na execução deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Inez Barros de. **Da conversa cri-cri**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

ALMEIDA, Julia Lopes. **Livro das donas e donzellas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia., 1906. Disponível em <https://ia600601.us.archive.org/35/items/3522362/3522362.pdf>. Acesso em 24 nov. 2025.

BATTHYÁNY, Karina. Miradas latinoamericanas al cuidado. In: K. Batthyány (org.), **Miradas latinoamericanas a los cuidados**. México: CLACSO e Siglo XXI Editores, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000, 239 f., Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Doutorado em Antropologia Social, Porto Alegre, 2000.

CARVALHO, Lenira. **A luta que me fez crescer**. Entrevistada por Cornélia Parisius. Recife: DED: Bagaço, 2000.

CLESER, Vera A. **O lar doméstico: conselhos para boa direção de uma casa**. Laemmert & C. Rio de Janeiro, 1902.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)**, 2013, 172 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DAMASCENO, Karine Teixeira. Mulheres negras na linha de frente da luta por liberdade. In: FARIA, Sheila de Castro e REIS, Adriana Dantas (orgs.). **Mulheres Negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)**. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo, RJ: Editora Cantagalo, 2021.

DAMASCENO, Maria Caetana. “Cor” e “Boa aparência” no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Natal/RN, 22 a 26 jul 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682879_ARQUIVO_2013_TEXTOa_npuh_CaetanaDamasceno.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025

DUARTE, Adriano Luiz. Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 4 (1-2):183-198, 1992.

FARIAS, Zaíra Ary. **Trabalho doméstico e emprego doméstico: duas faces do “cativeiro” feminino - Donas de casa e empregadas domésticas em Fortaleza**, 1979. 234 f. Dissertação (mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980.

FERLA, Luis Antonio Coelho. Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

GONZÁLEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez - Primavera para as rosas negras**, Editora Filhos da África, 2018.

GUASTINI, Mário. O problema ancilar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 69, núm. 22.618, 03 jun 1943, p. 3.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. Care work. A Latin American perspective. In: N. Guimarães & H. Hirata (eds.). **Care and Care workers A Latin American Perspective**. Cham: Springer, 2020.

JESUS, Carolina Maria. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

KAUFMANN, Tania. **A aventura de ser dona de casa: dona de casa x empregada**. São Cristóvão: Editora Artenova S.A., 1975.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. 1973. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. doi:10.11606/T.16.1973.tde-20250609-095305.

MARQUES, T. C. DE N.. Anatomia de uma injustiça secular: O Estado Novo e a regulação do serviço doméstico no Brasil. **Varia Historia**, v. 36, n. 70, p. 183–216, jan. 2020.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para discussão nº 565).

MOTTA, Alda Britto da. **Visão de mundo da empregada doméstica**, 1977. 127 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

MOTTA, Alda Brito. Emprego doméstico: Revendo o Novo. **Caderno CRH**, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

NASCIMENTO, A. DO. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 209–224, jan. 2004.

NASCIMENTO, Amábil Silva. **Doméstica**: atavismo social (paternalismo x manha). São Paulo: Editora programática, 1972.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. **A Cor das Empregadas**: A invisibilidade racial no debate do Trabalho Doméstico Remunerado. Belo Horizonte: letramento; Temporada, 2021.

O TRABALHO doméstico nos Estados Unidos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 5, núm. 51, 24 abr. 1953, p. 12.

PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de um homem para todo o serviço de casa”: a participação masculina no serviço doméstico carioca (1880-1920). **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2017.

PEÇANHA, Natália Batista. Que liberdade? Uma análise da criminalização das servidoras domésticas cariocas (1880-1930). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 32, n. 66, p. 287–306, jan. 2019.

DE PAULA PEREIRA, Bergman. **Trabalho, legislação social e racismo**: Reflexões sobre o trabalho doméstico na São Paulo da Era Vargas (1930-1945) – 2022, 218 f., Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2022.

PINTO, Elisabete A. **Etnicidade, gênero e educação**: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. 775p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas. 1993.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

QUINTO, Deyse Vieira. “Donas de casa x empregada”: os conceitos de trabalho doméstico a partir do Brasil. **Veredas da História** [online], v. 15, n. 2, p. 31-57, dez., 2022, ISSN 1982-4238. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/50768/30489>. Acesso em: 29 jan. 2025.

RIO, João do. **Vida vertiginosa**. Rio de Janeiro: H Garnier, 1911.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos, e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Ed. Vozes, 1978.

SILVA, Brisa Batista Da. **A exclusão dos homens negros do emprego doméstico no brasil**. Anais do IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/121725>>. Acesso em: 29/08/2026 15:49

SILVA, Francisca Souza da. **Ai de vós!** Diário de uma doméstica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SOUZA, Flavia Fernandes. Reflexões sobre as relações entre a história do serviço doméstico e os estudos da pós-emancipação no Brasil. **Revista história, histórias**. Brasília, vol. 4, n. 8, 2016. ISSN 2318-1729.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.